

Conta de luz deve subir com reajuste acima de 20% na **bandeira vermelha**

O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, disse nesta terça-feira (15) que a bandeira vermelha, a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20%.

Em meio ao baixo nível dos reservatórios de água, usinas térmicas são acionadas e isso afeta o consumidor por meio da bandeira tarifária cobrada sobre a conta de luz. Em junho, já está vigente a bandeira vermelha nível 2, a mais cara, que cobra R\$ 6,24 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

A agência discutia elevar essa cobrança para R\$ 7,57 a cada 100 kWh. “Mas, com certeza, deve superar isso”, declarou Pepitone em audiência pública na comissão de

Minas e Energia da Câmara para discutir a crise hídrica.

Ele afirmou ainda que a decisão deverá ser comunicada em junho. Pepitone ressaltou que o aumento se deve ao pagamento do uso das usinas térmicas, cuja geração de energia é mais cara.

O acionamento das usinas termelétricas deverá gerar um custo adicional de R\$ 8,99 bilhões neste ano. Desse total, R\$ 4,3 bilhões já foram gastos até abril.

“Isso vai ter um impacto na tarifa de 5%”, disse Pepitone. Parte desse custo será transferido para 2022, mas os consumidores livres já pagarão em 2021.

Durante o debate, o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Carlos Ciochi, disse que estão sendo ado-

tadas medidas para que não haja risco de racionamento de energia neste ano.

“Não teremos nenhum problema de energia ou de potência ao final de novembro de 2021, quando começa a estação chuvosa”, afirmou Ciochi.

Apesar de reconhecer que a situação é preocupante, ele apresentou as ações contra o risco de apagão. Entre elas, a flexibilização de restrições hidráulicas nas bacias dos rios São Francisco e Paraná; aumento da geração térmica e da garantia do suprimento de combustível para essas usinas; aumento da importação de energia da Argentina e do Uruguai, antecipação obras de transmissão, além de campanha de uso consciente da água e da energia.

Thiago Resende/Folhapress



Economia



Lucro das incorporadoras cai pela metade no 1º trimestre

Página - 03

FGV: corrente de comércio tem o maior valor da série iniciada em 1997

Página - 03

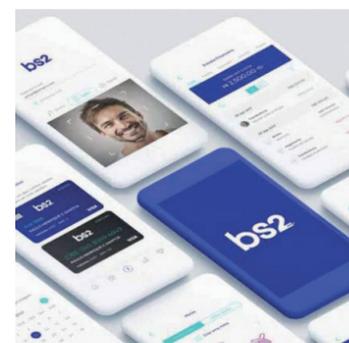


Fintechs financiam painel solar com economia na conta de luz

Página - 04

Banco BS2 compra fintech Weel, focada em antecipação de recebíveis

Página - 04



Finanças

Taxas curtas de juros sobem e longas caem com mercado antecipando Copom 'hawkish'

Página - 06

Dólar vira e cai a R\$ 5,04 com fluxo e expectativa por Copom

Página - 09

No Mundo

Europa já começa a preparar reforço de vacinação contra a Covid-19



Países europeus já se preparam para dar uma terceira dose de reforço da vacina contra Covid-19 no segundo semestre deste ano. A hipótese, que começou a ser discutida em fevereiro, vem ganhando espaço com a disseminação de variantes mais contagiosas, como a delta (identificada primeiramente na Índia). Ensaio clínico para verificar qual dos imunizantes funcionaria melhor começaram nesta semana em 18 cidades do Reino Unido. Pesquisas adicionais são necessárias porque, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), os dados disponíveis até agora sobre as vacinas não permitem avaliar a necessidade, o risco e o be-

nefício de uma terceira dose. “Ensaio clínico de imunizantes anti-Covid começaram há apenas um ano, e a possibilidade de acompanhar a vacinação em populações é ainda mais recente. Ainda não é possível saber por quanto tempo dura a proteção oferecida com as doses regulares, se um reforço adicional será benéfico ou, se for esse o caso, para quais populações”, afirmou a entidade.

O estudo britânico, batizado de Cov-Boost, vai acompanhar voluntários com mais de 30 anos que já receberam duas doses de vacina. Parte deles receberá um placebo, enquanto outros grupos receberão um imunizante, que pode ou não ser o mesmo que eles já tomaram antes.

Os pesquisadores vão avaliar a segurança dessa dose de reforço (as reações que ela provoca no organismo) e a resposta imunológica. Também serão testados os efeitos de meia dose, que permitiria alcançar o dobro de pessoas com a mesma quantidade de vacinas.

Resultados iniciais devem começar a sair em setembro, mas o experimento deve se prolongar pelo próximo ano. Enquanto aguarda os resultados, o governo britânico já começou a preparar a “campanha de revacinação”, segundo relatório da chefe do programa de vacinação inglês, Emily Lawson, feito para o sistema público de saúde.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

China diz que Otan exagera ameaça para alimentar disputa geopolítica



A China fez duras críticas nesta terça (15) à Otan, a aliança militar liderada pelos Estados Unidos, que na véspera havia aprovado um comunicado classificando o país asiático de um risco à segurança dos seus integrantes.

“A China pede que a Otan veja o seu desenvolvimento de uma maneira racional, pare de exagerar de qualquer forma a chamada ‘ameaça da China’ e pare de usar os interesses e direitos legítimos da China como desculpa para manipular a política do bloco, criar confronto e alimentar competição geopolítica”, afirmou a missão chi-

Brasil adere a acordo dos EUA para exploração pacífica do espaço

O Brasil assinou ontem (15), em uma cerimônia no Palácio do Planalto, o acordo de adesão ao programa Artemis, liderado pelos Estados Unidos (EUA) e que planeja enviar a primeira mulher e a primeira pessoa negra à Lua em 2024.

Além da cooperação técnico-científica, o acordo traz um conjunto de princípios, diretrizes e boas práticas para a cooperação internacional na exploração do espaço, incluindo do território lunar.

Até o momento, o Brasil é o único país da América Latina a assinar o documento e o 12º do mundo. São signatários: Austrália, Canadá, Coreia do Sul, EUA, Itália, Japão, Luxemburgo, Emirados Árabes Unidos, Nova Zelândia, Reino Unido e Ucrânia.

Na cerimônia, o presidente Jair Bolsonaro disse que, além do objetivo de levar a primeira mulher à Lua, o acordo servirá para impulsionar o desenvolvimento tecnológi-

co. Bolsonaro acrescentou que o acordo é mais um feito da diplomacia brasileira. Outro feito foi a eleição do Brasil, na última sexta-feira (11), para um dos assentos não permanentes no Conselho de Segurança da ONU, afirmou o presidente. “Isso é uma prova irrefutável do bom relacionamento que o Brasil tem com o mundo todo”, disse.

Em sua fala, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, destacou ações recentes na área espacial, entre as quais o acordo firmado em 2019 entre Brasil e EUA para o uso militar e comercial da base de lançamentos de Alcântara, no Maranhão.

Pontes disse que, com isso, o programa espacial brasileiro deve se fortalecer e formar uma nova geração de especialistas. “Temos caminhos abertos para futuros cientistas, futuros engenheiros, futuros técnicos e futuros astronautas, por que não?”, disse o ministro.

Felipe Pontes/ABR



nesa junto à União Europeia.

O texto afirma que os avanços militares do país, citados pela Otan como motivo de preocupação, são de natureza defensiva.

“Nós não vamos apresentar ‘desafios sistêmicos’ a ninguém”, disse o comunicado em referência ao termo usado pela aliança, “mas não vamos ficar sentados sem fazer nada se ‘desafios sistêmicos’ chegarem perto de nós”.

A inclusão da China no rol das ameaças à aliança atlântica foi inédita, ainda que num grau menor do que o reservado à Rússia –final, a Otan foi criada em 1949 justamente para conter a União

Soviética, o Estado antecessor do país de Vladimir Putin.

As críticas da Otan foram patrocinadas pelo presidente americano, Joe Biden, que desde a semana passada está em visita à Europa. No fim de semana, ele extraiu da reunião do G7, clube de nações ricas que inclui EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão, um comunicado conjunto no qual a China é duramente cobrada.

Foram citadas questões políticas, como o fim da autonomia relativa de Hong Kong, a repressão a muçulmanos em Xinjiang e a relação com Taiwan, ilha que Pequim considera sua.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Incentivo para consumo de luz fora do horário de pico pode começar em julho



O programa de deslocamento do consumo de energia nos horários de pico pode começar em julho e incluir consumidores residenciais, além da indústria. Nesta segunda-feira (14), o MME (Ministério de Minas e Energia) se reuniu com grandes consumidores para discutir as bases do plano.

A ideia é oferecer algum incentivo na conta de luz, como descontos na tarifa ou créditos futuros. “O modelo ainda está em discussão e exigirá arranjos técnicos e jurídicos para ser implementado”, disse à reportagem o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

A proposta é parte do pacote de medidas para enfrentar a pior seca da história

sobre os reservatórios de hidrelétricas na região Sudeste, que já incluiu a contratação adicional de térmicas e revisões nas restrições de vazões de usinas hidrelétricas.

Na reunião nesta segunda, associações que representam os grandes consumidores de eletricidade apresentaram ao governo propostas de estímulo da redução do consumo ou deslocamento para horários de menor demanda.

Uma das sugestões é que as próprias empresas apresentem ao governo um cronograma prévio com o montante de energia a ser poupado durante determinado período. Dessa forma, elas podem planejar melhor sua produção para evitar queda de atividade.

Em outra frente, grandes consumidores podem se

voluntariar a ter o consumo reduzido por determinação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) nos momentos em que a demanda estiver elevada.

Nos dois casos, a economia não seria obrigatória. A ideia é recompensar as empresas que aderirem ao programa. O valor dos descontos ou créditos ainda não definido, mas a indústria defende que o cálculo tenha como parâmetro seja o custo das térmicas que seriam acionadas para atender a essa demanda.

A conta seria compartilhada por todos os consumidores. Os grandes consumidores defendem que haveria economia, já que o preço pago teria um desconto em relação ao custo das térmicas.

Julio Wiziack/Folhapress

Lucro das incorporadoras cai pela metade no 1º trimestre



As incorporadoras brasileiras tiveram uma queda no lucro líquido de 49,7% entre o último trimestre do ano passado e o primeiro deste ano, segundo levantamento feito pela Economática com 24 empresas. O tombo acontece após três trimestres de resultados positivos.

A receita líquida operacional -o que as empresas receberam pela venda dos seus produtos-, por sua vez, caiu 12,6% entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, o que aponta que a queda na comercialização de imóveis não foi o único motivo para a diminuição da lucratividade.

O levantamento desconsiderou a Cyrela, dado que eventos atípicos (aberturas

FGV: corrente de comércio tem o maior valor da série iniciada em 1997

A corrente de comércio - exportações mais importações - registrou em maio o maior valor na série histórica iniciada em 1997. O volume chegou a US\$ 54,6 bilhões em maio, crescimento de 58,2% em relação ao mesmo mês do ano passado. O desempenho se repetiu na balança comercial que teve saldo positivo de US\$ 9,3 bilhões, o maior na série histórica e US\$ 2,5 bilhões acima do valor de maio de 2020.

Os dados são do Boletim de Comércio Exterior (Icomex) referente ao mês de maio, divulgados hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre).

De acordo com o indicador, a China foi a principal

contribuição para o saldo positivo da balança comercial, com superávit de US\$ 19,1 bilhões, o que representa 70,4% do saldo global. Além da China, saldos positivos foram registrados nos demais países da Ásia e na América do Sul.

O superávit comercial no acumulado do ano até maio alcançou US\$ 27,1 bilhões, o maior na série histórica. Na corrente de comércio foi o segundo valor mais elevado, chegando a US\$ 190,2 bilhões, inferior em US\$ 1,1 bilhão ao registrado em 2013. Na comparação com o acumulado de maio de 2020, o superávit comercial aumentou em US\$ 11,1 bilhões e a corrente de comércio em 26,2%, com resultado de US\$ 42,6 bilhões.

Cristina Índio do Brasil/ABR



de capital da Lavvi, Plano & Plano e Cury, joint ventures da companhia) levaram a empresa a registrar um lucro não-recorrente muito alto no terceiro trimestre, de R\$ 1,47 bilhão, contra R\$ 72 milhões no segundo e R\$ 266,5 milhões no quarto, o que distorce os dados do conjunto.

Para João da Rocha Lima, coordenador do Núcleo de Real Estate da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), uma explicação para a queda está nos custos de construção, que subiram acima da inflação.

O INCC (Índice Nacional da Construção Civil) atingiu uma alta acumulada de 15,25% nos últimos 12 meses, até maio, enquanto o IPCA (Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação geral, alcançou 8,06% no mesmo período.

O índice da construção começou a se descolar com mais força da inflação a partir do final de 2020, puxado pelo aumento dos custos de matérias-primas, como aço e cobre.

As incorporadoras venderam os lançamentos com uma determinada expectativa de inflação para o tempo de obra, mas se o índice é muito maior do que o esperado, a margem de lucro é comprimida.

“É natural essa queda porque os custos subiram sensivelmente, e as empresas tinham muita coisa já vendida”, afirma Lima.

Ana Luiza Tieghi/Folhapress

Fintech

Fintechs financiam painel solar com economia na conta de luz



O avanço do mercado de painéis solares para casas e pequenos comércios fez surgir um nicho de startups e fintechs especializadas em financiamento dos equipamentos.

Uma das propostas dessas empresas é alongar os prazos de pagamento dos sistemas para que, com parcelas pequenas, seja possível que o financiamento dos painéis seja pago mês a mês com o valor economizado na conta de luz, o que pode ganhar mais apelo em momento de crise hídrica e aumento de preço da energia.

Segundo Camila Ramos, diretora da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), as novas empresas trazem mais agilidade ao mercado com o uso de ferramentas digitais para negociação e fechamento de contratos e usam critérios

técnicos na hora de avaliar o risco de conceder o crédito.

Ramos diz que o mercado conta atualmente com mais de 70 linhas de crédito para o financiamento de painéis solares, incluindo as de fintechs e de grandes bancos.

De acordo com a associação, foram instalados 207,7 mil sistemas para geração solar distribuída em 2020, ante 122,6 mil no ano anterior. No total, o Brasil conta com mais de 508 mil dessas instalações, segundo a entidade.

Uma das companhias novas nesse setor é a Solfácil. O empresário Fabio Carrara, fundador da fintech, diz que ela vem emprestando R\$ 50 milhões ao mês para 2.000 novas instalações. O prazo de pagamento pode chegar a até dez anos.

Carrara diz que é importante que empresas especializadas financiem o cresci-

mento do setor de energia solar porque é preciso conhecimento técnico para decidir para quais consumidores emprestar: “O risco dessa operação não está no cliente, está no projeto”.

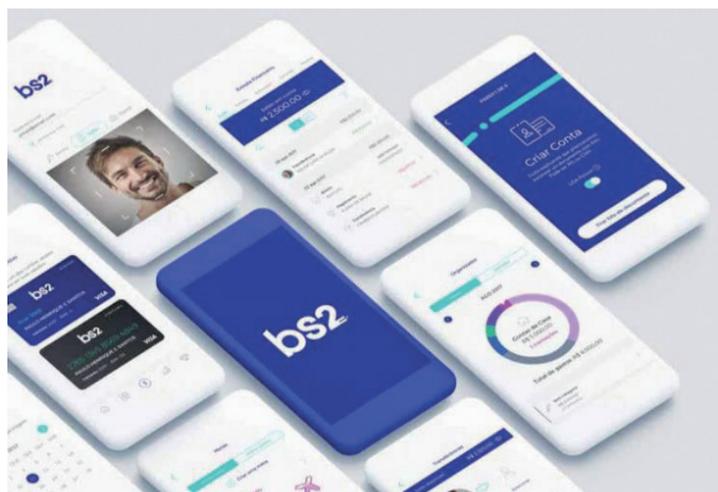
A ideia é que, se o painel gera economia para o cliente, ele paga em dia. O empresário diz pensar seu negócio mais como uma plataforma para quem quer investir do que de crédito.

A distribuição do crédito é feita, na maioria das vezes, por indicação dos instaladores. São 5.000 parceiros da companhia, diz Carrara.

A Solfácil levantou R\$ 21 milhões em 2020 em operação com a maior parte dos recursos vindo do Valor Capital Group no ano passado. Também emite debêntures para ter recursos para emprestar a seus clientes.

Felipe Oliveira/Folhapress

Banco BS2 compra fintech Weel, focada em antecipação de recebíveis



O banco digital BS2 anunciou nesta segunda-feira a compra da fintech Weel, com planos de se tornar a maior do país em antecipação de recebíveis para pequenas e médias empresas (PMEs) nos próximos dois anos.

A transação, de valor não revelado, foi feita por meio de troca de ações, com os acionistas da Weel ficando com uma fatia do BS2 (ex-Banco Bonsucesso), banco médio fundado pela família Pentagna Guimarães especializado em varejo e PMEs, segmento para o qual tem uma carteira de quase 8 bilhões de reais, quase toda de recebíveis de PMEs da

A trajetória da fintech uruguaia que virou unicórnio e chegou à Nasdaq

A riqueza no Uruguai tem sido historicamente ligada à agricultura e ao processamento de carne, mas foi uma fintech que criou os primeiros bilionários do país.

Andres Bzurovski, de 43 anos, e Sergio Fogel, de 57, entraram para o clube dos mais ricos do mundo depois da oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) da dLocal na Nasdaq, em Nova York.

As ações da empresa de pagamentos fundada por eles subiram para 32,39 dólares no primeiro dia de negociação na quinta-feira, 3 de junho, um salto de 54% em relação ao preço do IPO. Com isso, a fortuna da dupla agora é avaliada em cerca de 3,69 bilhões de dólares, segundo o Índice de Bilionários da Bloomberg.

Um representante da empresa com sede em Montevideo não respondeu a um pedido de comentário sobre o patrimônio dos fundadores. A companhia saiu do primei-

ro dia com valor de mercado aproximado de 9 bilhões de dólares.

A dLocal permite que empresas como Amazon, Microsoft e Spotify gestionem pagamentos em 29 países em desenvolvimento onde cartões de crédito internacionais são escassos e o dinheiro é rei.

Uma rodada de investimento em 2020 liderada pela General Atlantic avaliou a empresa em 1,2 bilhão de dólares, tornando-a o primeiro unicórnio do Uruguai. A rodada seguinte em abril liderada pela Alkeon Capital avaliou a startup em 5 bilhões de dólares.

A América Latina se tornou um mercado estratégico para empresas de tecnologia financeira. A região conta com o Nubank, avaliado em 25 bilhões de dólares, bem como com a fintech Stone, também listada na Nasdaq, com valor de mercado de quase 20 bilhões de dólares.

Exame



indústria e do comércio.

Criada em 2015 em Israel, a Weel oferece capital de giro para empresas com receita média anual de cerca de 10 milhões de reais, usando algoritmos para definir os perfis dos que pedem antecipação de recursos e dos que pagam. Atualmente, faz cerca de 80 milhões de reais por mês em antecipações. No final do ano passado a empresa atingiu 1 bilhão de reais em financiamentos já realizados, movimento acelerado durante a recessão provocada pela crise com a pandemia da Covid-19.

O negócio ilustra a rápida movimentação de instituições financeiras emergentes no Brasil em direção às PMEs, segmento que frequenter-

te reclama de ser mal atendido pelos grandes bancos do país. Essa tendência vem ganhando força com o advento do “open banking”, sistema unificado no qual os clientes decidem com quais bancos compartilham dados e fazem cada transação.

A aposta de novos entrantes no mercado bancário brasileiro é de que suas estruturas baseadas em inteligência artificial e “big data”, como no caso da Weel, permitem entender melhor e de forma preditiva as necessidades individuais de cada empresa, dando-lhes grande vantagem em relação ao mercado bancário tradicional, que tem uma abordagem mais genérica.

Reuters/Biznews

Maioria das Bolsas da Europa fecha em alta, com otimismo antes do Federal Reserve

As bolsas europeias fecharam na maioria em alta nesta terça-feira, com investidores à espera da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que sai na quarta-feira. É esperado que o BC dos Estados Unidos mantenha o atual nível de acomodação monetária, o que impulsionou os índices no Velho Continente.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,11%, aos 458,81 pontos. As bolsas de Londres e de Frankfurt, principais mercados europeus, puxaram os ganhos. O índice londrino FTSE 100 subiu aos 7.172,48 pontos, em avanço de 0,36%, idêntico ao do alemão DAX, que foi aos 15.729,52 pontos.

No Reino Unido, a ação de classe B da Royal Dutch Shell subiu 2,32%, acompanhando a alta do petróleo no mercado futuro. Papéis de multinacionais, como a Associated British Foods (+3,32%) e BT Group (+2,87%) tiveram bons desempenhos, em meio à expectativa de investidores de que o Fed manterá a alta liquidez nos mercados após a decisão da quarta, mesmo com a alta inflacionária nos EUA, como avaliam analistas consultados pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Neste contexto, a ação da Deutsche Boerse, agenda de comercialização de valores imobiliários na Alemanha, subiu 1,38% nesta terça em Frankfurt.

Na ponta contrária em Londres, o setor de mineração acumulou fortes perdas em meio ao tombo de 4% do cobre, além da queda de outros metais básicos na London Metal Exchange (LME). Entre os piores desempenhos, a Antofagasta caiu 4,18% e a Anglo American, 3,82%.

IstoÉDinheiro

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.			
CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais (R\$) e de dólares (US\$))			
Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado	
	US\$	US\$	R\$
	2019	2018	2019
Ativo			
Circulante	12.617	9.489	50.856
Caixa e equivalentes de caixa	5.531	2.671	22.293
Contas a receber	6.689	6.255	26.963
Impostos a recuperar	316	503	1.273
Outras contas a receber	81	60	327
Não circulante	1.362	876	4.393
Aplicações financeiras	140	-	584
Ativo imobilizado	1.012	665	3.135
Ativos intangíveis	210	211	674
Total do ativo	13.979	10.365	55.249
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	10.466	7.112	42.183
Frete para remessa	9.911	6.720	39.948
Arrendamento a pagar	134	-	539
Obrigações tributárias	214	197	862
Salários a pagar e provisão para pagamentos	207	195	834
Não circulante	321	57	1.297
Arrendamento a pagar	267	-	1.078
Provisão para contingências	54	57	219
Patrimônio líquido	3.192	3.196	11.769
Capital social	267	267	521
Lucros acumulados	3.400	3.295	11.248
Ajuste de avaliação patrimonial	(475)	(366)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	13.979	10.365	55.249
Demonstrações do Resultado Abrangente			
	US\$	US\$	R\$
	2019	2018	2019
Lucro líquido do exercício	105	16	426
Ajuste de conversão	(109)	(384)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(4)	(368)	426
Zheng Li – Diretor			
Nara Bueno Nunes da Silva – Contadora CRC/SP 1SP 167.448/O-6			

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.			
CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais (R\$) e de dólares (US\$))			
Balancos Patrimoniais		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
	US\$	US\$	R\$
	2020	2019	2020
Ativo			
Circulante	21.738	12.617	112.970
Caixa e equivalentes de caixa	7.447	5.531	38.702
Contas a receber	12.778	6.689	66.405
Impostos a recuperar	152	316	791
Outras contas a receber	1.361	81	7.072
Não circulante	814	1.362	4.231
Aplicações financeiras	154	140	801
Ativo imobilizado	511	1.012	2.656
Ativos intangíveis	149	210	774
Total do ativo	22.552	13.979	117.201
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	19.692	10.466	102.337
Frete para remessa	19.177	9.911	99.656
Arrendamento a pagar	104	134	539
Obrigações tributárias	230	214	1.200
Salários a pagar e provisão para pagamentos	181	207	942
Não circulante	162	321	838
Arrendamento a pagar	115	267	596
Provisão para contingências	47	54	242
Patrimônio líquido	2.698	3.192	14.026
Capital social	267	267	521
Plano de opção de compra de ações	220	-	1.145
Lucros acumulados	3.661	3.400	12.360
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.450)	(475)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	22.552	13.979	117.201
Demonstrações do Resultado Abrangente			
	US\$	US\$	R\$
	2020	2019	2020
Lucro líquido do exercício	261	105	1.112
Variação cambial sobre o capital investido no exterior	(22)	-	(114)
Ajuste de conversão	(975)	(109)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(736)	(4)	998
Zheng Li – Diretor			
Nara Bueno Nunes da Silva – Contadora CRC/SP 1SP 167.448/O-6			

Petróleo fecha em alta, com otimismo por demanda global, e renova máximas em anos



Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta terça-feira, 15, observando a recuperação da demanda global, o que levou o barril para o maior valor em anos. Em Nova York, o nível é o mais alto em 32 meses, enquanto em Londres a commodity tem seu maior preço em dois anos, segundo o Commerzbank. Neste cenário, especialistas avaliam as condições para manutenção do mercado em níveis elevados, observando elementos como as perspectivas para a demanda e a possibilidade de aumento das exportações do Irã.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega prevista para julho fechou em alta de 1,75% (+US\$ 1,24), a US\$ 72,12. Já o Brent para agosto teve avanço de 1,55% (+US\$ 1,13), a US\$ 73,99 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

“Consideramos as boas

notícias contínuas sobre a demanda e o sentimento otimista nos mercados financeiros como as principais razões para a última recuperação” dos preços, avalia o Commerzbank. Entre os elementos de hoje, o aumento da produção industrial dos Estados Unidos em maio, que cresceu acima do esperado por analistas.

Neste cenário, o mercado se questiona sobre a duração do atual ímpeto. Para o Commerzbank o “teste” está por vir, e será se a demanda continuará a se recuperar tão dinamicamente apesar das novas variantes de coronavírus que geram novas restrições. Na China, responsável pela maior parte da recuperação dos preços nos últimos quinze meses, “parece estar esfriando um pouco novamente a demanda: preços altos, margens de refinaria baixas, estoques elevados e um foco crescente em veículos elétricos estão cobrando seu preço”, aponta o banco alemão.

Publicidade Legal

NC Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.188/0001-28

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)				
Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado
		2020	2019	
Ativo		2020	2019	2020
Ativo circulante		1.035	1.023	104.816
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.030	1.012	62.019
Contas a receber de clientes	5	-	-	37.844
Estoque	6	-	-	1.495
Impostos a recuperar	7	5	11	272
Outros contas a receber		-	-	3.186
Ativo não circulante		257.569	269.058	285.870
Depósitos judiciais	15(a)	-	-	6.386
Impostos a recuperar	7	-	-	1.877
IRPJ e CSLL diferidos	22(a)	-	-	15.968
Despesas antecipadas		-	-	100
Investimentos	8(b)	257.569	269.058	-
Imobilizado	9	-	-	24.232
Intangível	10	-	-	237.407
Total do ativo		258.604	270.081	390.686
Passivo e Patrimônio Líquido		2020	2019	2020
Passivo circulante		919	831	112.856
Fornecedores	11	-	-	6.697
Salários e encargos a pagar	12	-	-	7.076
Impostos a recolher	11	6	6	1.410
IRPJ e contribuição social a pagar		-	-	273
Dividendos a pagar	16	721	721	9.215
Partes relacionadas	16	187	104	68.836
Receitas diferidas		-	-	9.372
Arrendamento mercantil	14	-	-	781
Outras contas a pagar	13	-	-	9.196
Passivo não circulante		3.579	3.579	18.272
IRPJ e contribuição social diferidos		3.579	3.579	-
Arrendamento mercantil	14	-	-	3.825
Provisão para riscos trabalhistas e civis	15(a)	-	-	14.447
Patrimônio líquido		254.106	265.671	254.106
Capital social	17(b)	313.455	313.455	313.455
Capital à integralizar (-)	17(a)	(2.251)	(2.251)	(2.251)
Reserva legal		152	152	152
Prejuízos acumulados	(57.250)	(45.685)	(57.250)	(45.685)
Participação de acionistas não controladores		-	-	5.452
Total do patrimônio líquido		254.106	265.671	259.558
Total do passivo e patrimônio líquido		258.604	270.081	390.686

1. Informações gerais – A NC Broadcast Participações S.A. (“NC Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André-SP, constituída em 03/06/2016, e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As empresas operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., TV coligadas de Santa Catarina S.A., NC Comunicações S.A., Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. e LNC Administração e Cobranças Ltda. onde foram adquiridas em 26/05/2016. Em 08 de dezembro 2017, a Companhia obteve o controle das investidas. A licença federal para operacionalização das atividades de TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP: 09190-370. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30/04/2021. **Impactos à pandemia da Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: **i) Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo;** **ii) Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.** **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional, e também a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Consolidação:** **a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: **i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhias consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	% - Controle no capital social	
	2020	2019
NC Comunicações S.A.	99,99%	99,99%
Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda.	-	-
TV coligadas de Santa Catarina S.A.	99,99%	99,99%
Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda.	99,99%	99,99%
LNC Administração e Cobranças Ltda.	99,99%	99,99%

b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1) ativos financeiros mensurados ao**

valor justo por meio do resultado; **(2) ativos financeiros mantidos até o vencimento;** **(3) ativos financeiros disponíveis para venda.** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido pela provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.13 (a). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.8. Investimento:** Os investimentos da Controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. **2.9. Intangível:** São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre. A NC Broadcast reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas. **a) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre o lucro em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor

Reserva Legal acumulada	Prejuízos Total do patrimônio líquido não controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
152	(32.562)	3.744	282.538
-	(13.123)	1.387	(11.736)
152	(45.685)	4.803	270.474
-	(11.565)	649	(10.916)
152	(57.250)	5.452	259.558

Demonstrações do Resultado

Notas	Controladora		Consolidado
	2020	2019	
18	-	-	106.767
19	-	-	(76.189)
	-	-	30.578
19	-	-	(1.133)
19	(88)	(103)	(37.635)
8(b)	(11.489)	(13.006)	-
20	(7)	(10)	(509)
	(11.584)	(13.119)	(39.277)
	(11.584)	(13.123)	(6.699)
21	19	969	1.275
	(11.565)	(13.123)	(7.730)
22(b)	-	-	(3.186)
	(11.565)	(13.123)	(10.916)
	-	-	(11.565)
	-	-	649
23	(0,0369)	(0,0419)	(0,0348)

Demonstrações do Resultado Abrangente

Notas	Controladora		Consolidado
	2020	2019	
	(11.565)	(13.123)	(10.916)
	(11.565)	(13.123)	(11.736)
	-	-	(11.565)
	-	-	649
	-	-	(11.565)
	-	-	649

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Notas	Controladora		Consolidado
	2020	2019	
	(11.565)	(13.123)	(7.730)
	-	-	1.240
	-	-	21.962
	-	-	3.899
	-	-	1.396
	-	-	688
	-	-	(49)
	-	-	(28)
	-	-	486
	-	-	(3.370)
	-	-	10
	-	-	470
	-	-	8.155
	-	-	834
	6	(3)	(2.528)
	-	-	2.719
	-	-	(1.298)
	-	-	100
	-	-	(3.981)
	5	6	101
	-	-	(289)
	83	104	(1.030)
	-	-	(5.139)
	-	-	3.883
	18	-	14.343
	-	-	(470)
	-	-	(1.617)
	18	-	12.256
	-	-	(1.699)
	-	-	(143)
	-	-	(1.842)
	-	-	(204)
	-	-	(184)
	-	-	(328)
	-	-	(388)
	18	-	10.026
	1.012	1.012	51.993
	1.030	1.012	62.019
	18	-	10.026

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Caixa líquido proveniente das operações

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos

Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos

Wagner Aparecido Nilo de Paschoal – Contador CRC 15P 145.242/O-5

Taxas curtas de juros sobem e longas caem com mercado antecipando Copom ‘hawkish’



Os juros de curto prazo fecharam em alta os longos, em queda, nesta véspera da Super Quarta, que terá decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) e do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) como destaques da agenda. A expectativa de uma postura mais conservadora do Banco Central – seja endurecendo o tom do comunicado, seja surpreendendo com um aperto na Selic de 1 ponto porcentual – continuou permeando os negócios e adicionando prêmios nos vértices até 2023, com efeito de queda nas demais taxas, alinhadas ainda à valorização do câmbio e melhora na percepção fiscal.

A sinalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de que o reajuste bandeira vermelha 2 deve ultrapassar os 20%, ajudou a manter a ponta curta sob pressão, ao sugerir mais riscos inflacionários num momento em que as expectativas para os preços já estão bem deterioradas.

Em mais um dia de volume forte na ponta curta, a taxa do contrato e Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou em 5,38%, de 5,344% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2023 fechou a sessão regular em 6,99%, de 6,974% na segunda-feira. O DI para janeiro de 2025 encerrou com taxa em 7,97% (8,005% na segunda-feira) e a do DI para janeiro de 2027 recuou para 8,40%, de 8,484%.

Enquanto a retirada do termo “parcial” na referência ao processo de normalização da Selic parece ser consenso, vem crescendo desde a semana passada o debate sobre a possibilidade de o Copom aplicar uma dose de 1 ponto de alta na Selic.

Fonte: Dinheiro

Confira nosso site: www.datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Albriggs Defesa Ambiental S.A.

CNPJ/ME nº 04.050.400/0001-62 – NIRE 35.300.180.879

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de maio de 2020

Aos 15/05/2020, às 11:00 horas, na Avenida Jabaquara, nº 3.060, 2º andar, sala 205, Mirandópolis, em São Paulo-SP, com a presença da totalidade dos acionistas, instalou-se a presente Assembleia Geral Ordinária, convocados por correspondência, tendo comparecido a totalidade dos acionistas, representando a totalidade do Capital Social, conforme lista de presença registrada no livro próprio. Assim, instalou-se a presente Assembleia. Observadas as disposições legais e estatutárias, assumiu a Presidência da Assembleia, por aclamação dos presentes, o acionista Sr Marco Antonio Gutfreund Formicola, que convidou a mim, Valtter Carmona, para secretariá-lo. Constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia que tem como objetivo deliberar sobre os seguintes assuntos: Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019; Destinação do resultado do exercício. Discutidos pela totalidade dos acionistas foram aprovadas por maioria de votos, representando 95% do capital social, com abstenção do acionista Briggs Environmental Services Limited., representando 5% das ações: a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019; b) Levantar o prejuízo apurado no exercício, encerrado em 31/12/2019, para a conta própria, decidindo-se pela não distribuição de dividendos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente passou a palavra para quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a todos os presentes pelo comparecimento à Reunião. A seguir o Sr. Presidente pediu que fosse lavrada a Ata no livro competente que depois de lida em voz alta e foi assinada por todos os presentes, dela extraindo-se as cópias necessárias para os fins legais. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola; Secretário: Sr. Valtter Carmona. **Acionistas:** Lamor Ambiental S.A. (representada por Marco Antonio Gutfreund Formicola e Valtter Carmona), Briggs Environmental Services Limited (representada pelo Dr. David Roberto Hessia e Soares da Silva). A presente Ata é cópia do original lavrado em livro próprio. São Paulo, (SP), 15/05/2020. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 171.770/21-3 em 19/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Lamor Ambiental S.A.

CNPJ/ME nº 53.187.613/0001-46 – NIRE 35.300.097.254

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de maio de 2020

Aos 15/05/2020, às 10:00 horas, na Avenida General Waldomiro de Lima, nº 770, Jabaquara, em São Paulo-SP, com a presença da totalidade dos acionistas, instalou-se a presente Assembleia, cuja convocação deu-se nos termos do inciso I do artigo 294 da Lei 6.404/76. Observadas as disposições legais e estatutárias assumiu a Presidência da Assembleia, por aclamação dos presentes, o acionista Sr Marco Antonio Gutfreund Formicola, que convidou a mim, Valtter Carmona, para secretariá-lo. Constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia que tem como objetivo deliberar sobre os seguintes assuntos: Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019; Destinação do resultado do exercício. Discutidos pelos acionistas foram aprovadas pela totalidade de votos. a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019; b) Levantar o prejuízo apurado no exercício encerrado em 31/12/2019 para a conta própria, decidindo-se pela não distribuição de dividendos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente passou a palavra para quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a todos os presentes pelo comparecimento à Reunião. A seguir o Sr. Presidente pediu que fosse lavrada a Ata no livro competente que depois de lida em voz alta, foi assinada por todos os presentes, dela extraindo-se as cópias necessárias para os fins legais. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola; Secretário: Sr. Valtter Carmona. **Acionistas:** GS-Construções Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda., (representada por Marco Antonio Gutfreund Formicola) e Lamor Comércio Serviços de Limpeza e Descontaminação de Superfícies Marítimas Ltda., (representada por Marco Antonio Gutfreund Formicola). A presente Ata é cópia do original lavrado em livro próprio. JUCESP – Registrado sob o nº 171.768/21-8 em 19/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Kallas Incorporações e Construções S.A.

CNPJ/ME nº 09.146.451/0001-06 – NIRE 35.300.358.996

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

Data, Hora e Local: 30/04/2021, às 10:00 horas, na sede da Companhia, em São Paulo-SP, na Rua João Lourenço, nº 432, Sala 30. **Mesa:** Sr. Emilio Rached Esper Kallas; Presidente e Sr. Antônio Carlos Sacchi; Secretário. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Publicação e Divulgação:** Os seguintes documentos foram publicados no DOESP em 29/04/2021, página 179, e no jornal *Data Mercantil*, em 29/04/2021, página 15: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; (iii) o relatório dos auditores independentes da Companhia. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade:** 1. A apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020. Aprovar e dar por aceitas, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia auditadas, acompanhadas do relatório anual da administração e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. 2. A proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020: Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2020, no valor de R\$ 64.830.174,35, da seguinte forma: (a) Constituição de Reserva Legal: R\$ 3.241.508,71, equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) Distribuição de Dividendos: R\$ 15.397.166,41, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos aos acionistas na proporção da participação detida por cada um no capital social; e (c) Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 46.191.499,23, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. 3. A fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021: Aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício a ser encerrar em 31/12/2021, em até R\$ 12.520.000,00, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre seus membros e os da Diretoria da Companhia, em reunião do Conselho de Administração a ser oportunamente convocada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 30/04/2021. **Mesa:** Emilio Rached Esper Kallas; Presidente; Antônio Carlos Sacchi; Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 268.692/21-0 em 09/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Vênus Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 21.042.886/0001-06 – NIRE 35.300.470.257

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

Data, Hora e Local: Realizada no dia 30/04/2021, às 12h horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conj. 142/143, sala L, São Paulo, SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2020. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores; **6. Deliberações:** O Presidente determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA e, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram: **6.1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta da administração para destinação do lucro do exercício findo em 31/12/2020, no montante de R\$ 201.479,16, seja destinado integralmente à absorção dos prejuízos acumulados, perfazendo o saldo remanescente de R\$ 2.476.043,53 de prejuízos acumulados. **6.3.** Com relação ao item (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 30/04/2021. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli; Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 257.595/21-1 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Minerva Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 21.042.867/0001-80 – NIRE 35.300.470.273

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

Data, Hora e Local: Dia 30/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conjuntos 142/143, sala L, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente ao exercício social de 2020. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente e Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores; **6. Deliberações:** Foi lavrada a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Com relação ao item (i), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, tendo em vista a inexistência de prejuízo ou lucro apurado no exercício social findo em 31/12/2020, consignar que não haverá lucro a ser destinado no respectivo período. **6.3.** Com relação ao item (iii), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, foi lavrada a presente ata, a qual após lida, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. Assinaturas: **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Carlo Alberto Bottarelli; e Mercúrio Participações e Investimentos S.A, por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 30/04/2021. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli; Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 257.599/21-6 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale

CNPJ nº 10.699.392/0001-82 – NIRE 35.300.366.468

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30/04/2021, às 8h30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conj. 142/143, sala C, São Paulo, SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2020. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores; **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta para que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2020, no montante de R\$ 6.318,01, seja destinado para prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da LSA. **6.3.** Com relação ao item (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Carlo Alberto Bottarelli; e Mercúrio Participações e Investimentos S.A, por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 30/04/2021. JUCESP – Registrado sob o nº 256.610/21-6 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Guariroba Energia S.A.

CNPJ/ME nº 09.652.072/0001-98 – NIRE 35.300.372.549

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Dia 30/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conjuntos 142/143, sala 01, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2020. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli; Presidente e Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores; **6. Deliberações:** Foi determinada a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA. Os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Com relação ao item (i), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, tendo em vista a inexistência de prejuízo ou lucro apurado no exercício social findo em 31/12/2020, consignar que não haverá lucro a ser destinado no respectivo período. **6.3.** Com relação ao item (iii), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, foi lavrada a presente ata, a qual após lida, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. Assinaturas: **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Carlo Alberto Bottarelli; e Mercúrio Participações e Investimentos S.A, por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 30/04/2021. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli; Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.865/21-8 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Guariroba Energia S.A.

CNPJ/ME nº 09.652.072/0001-98 – NIRE 35.300.372.549

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2021

1. Data, Hora e Local: Dia 25/02/2021, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conjuntos 142/143, sala 01, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2016, nos termos do Artigo 294, II, da LSA. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli; Presidente e Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017; e (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2017. **6. Deliberações:** Foi determinada a lavratura desta ata na forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA. Os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Com relação ao item 5.1. (i), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017. **6.2.** Com relação ao item 5.1. (ii), da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta para que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2017, no montante de R\$ 84.840,14, seja destinado para prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da LSA. **6.3.** Por fim, os Acionistas autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, foi lavrada a presente ata, a qual após lida, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. Assinaturas: **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos, por Carlo Alberto Bottarelli; e Mercúrio Participações e Investimentos S.A., por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 14/05/2021. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli; Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá; Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 257.598/21-2 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Mercúrio Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 21.042.857/0001-44 – NIRE 35.300.470.281

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30/04/2021, às 9h30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 142/143, sala L, 04.551-000, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 ("LSA"). **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2020, nos termos do Artigo 294, II, da LSA. **4. Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores; **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. **6.2.** Com relação ao item (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta para que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2020, no montante de R\$ 377,14, seja destinado para prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da LSA. **6.3.** Com relação ao item (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. São Paulo, 30/04/2021. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A, por Carlo Alberto Bottarelli; e Carlo Alberto Bottarelli. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 257.594/21-8 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6101	Peso (Chile) - 0,007009
Dólar (EUA) - 5,0874	Peso (México) - 0,2523
Franco (Suíça) - 5,6615	Peso (Uruguai) - 0,1166
Iene (Japão) - 0,0462	Yuan (China) - 0,7943
Libra (Inglaterra) - 7,1600	Rublo (Rússia) - 0,07034
Peso (Argentina) - 0,05339	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1664

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0868 / R\$ 5,0874 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0400 / R\$ 5,0420 *

Turismo - R\$ 5,0430 /

R\$ 5,2130

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,57%

OURO BM&F

R\$ 300,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,09%

Pontos: 130.091

Volume financeiro:

R\$ 26,808 bilhões

Maiores altas: Sul Améri-
ca UNT (4,84%), PetroR-
io ON (3,61%), Ecorodo-
vias ON (3,31%)

Maiores baixas: Banco
Inter UNT (-2,73%), Azul
PN (-2,66%), Hering ON
(-2,54%)

S&P 500 (Nova York):

-0,20%

Dow Jones (Nova York):

-0,27%

Nasdaq (Nova York):

-0,71%

CAC 40 (Paris): 0,35%

Dax 30 (Frankfurt):

0,36%

Financial 100 (Londres):

0,36%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,96%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,71%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,92%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,11%

Merval (Buenos Aires):

0,25%

IPC (México): -0,24%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Abril 2021: 0,31%

Mai 2021: 0,81%

Publicidade Legal

Central de Registro de Direitos Creditórios S.A.
CNPJ/ME nº 20.087.479/0001-52 – NIRE 35.300.464.672**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Data, hora e local: 27/04/2021, às 13:30h, **por meio exclusivamente digital** – razão pela qual se considera realizada na sede da Companhia, nos termos do § 3º do Artigo 1º da IN DREI nº 81/2020, com o uso do sistema de videoconferência Zoom, em vista das normas de isolamento correntes, com o objetivo de preservar a saúde dos participantes, nos termos da IN DREI nº 81/2020 e conforme informado no Edital de convocação, mencionado no item "Convocação" abaixo, bem como respeitados os termos aplicáveis do Estatuto Social. **Convocação:** o Edital de Convocação foi publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 16, 17 e 20/04/2021, nas páginas 10, 15 e 09, respectivamente; e no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 16, 17 e 20/04/2021, no Caderno Empresarial, nas páginas 84, 56 e 113, respectivamente, conforme prevê o artigo 124, § 1º, inciso I da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), tendo também sido encaminhado pelo Presidente do Conselho de Administração a todos os Acionistas, via correio eletrônico, em 19/04/2021, conforme prevê o artigo 8º do Estatuto Social da Central de Registro de Direitos Creditórios S.A. (a "Companhia"). **Presença:** Acionistas **Associação Comercial de São Paulo – ACPSP**, associação civil sem fins lucrativos econômicos, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 43/51, Centro, CEP 01014-911, inscrita no CNPJ sob o nº 60.524.550/0001-31 ("ACSP"), representada por seu Procurador, Sr. **Luiz Roberto Gonçalves**, Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Presidente da Assembleia, abaixo qualificado, e **Ivan Pompeu Lopes**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 21.437.403-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 251.990.328-79, com escritório comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 43/51, Centro, CEP 01014-911 ("Ivan"), representando estes Acionistas 99,3228% do capital social da Companhia, reunidos **por meio exclusivamente digital**, com o uso do sistema de videoconferência Zoom, em conformidade com o disposto na IN DREI nº 81/2020, sendo a presença desses Acionistas ora atestada pelo Presidente e pela Secretária da Assembleia, ambos a seguir identificados e qualificados e únicos a assinarem a presente Ata, nos termos do item 5 do Anexo V da IN DREI nº 81/2020. **Composição da Mesa:** Presidente: **Luiz Roberto Gonçalves**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.028.675-X-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 053.775.798-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, na Avenida Arruda Botelho nº 490, ap. 71, Alto de Pinheiros, CEP 05466-906. Secretária: **Mayara Moreno Ribeiro Sampaio**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 47.898.531-9-SSP/SP e inscrita na OAB/SP nº 351.253 e no CPF sob o nº 371.845.078-00, com escritório administrativo na cidade de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 51, Centro, CEP 01014-000. **Ordem do Dia:** (i) tomada das contas da administração e deliberação sobre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) ratificação das subscrições e integralizações das ações relacionadas às segunda e terceira Tranches do aumento de capital social da Companhia aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020; (iii) deliberação sobre proposta de novo aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 6.585.532,00, com a emissão de 6.585.532,00 novas ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, a serem subscritas e integralizadas por seus subscritores, conforme o caso, parte, equivalente a R\$ 6.409.237,00, com aproveitamento de saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital Social constante da escrituração contábil da Companhia, e parte, equivalente a R\$ 176.295,00, mediante novos aportes a serem realizados em moeda corrente nacional; e (iv) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para renuneração de seus artigos e adaptação geral do Estatuto. **Deliberações:** (i) **Tomada das contas da administração e deliberação sobre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020:** a unanimidade dos Acionistas presentes, detentores de 99,3228% do capital social da Companhia, aprovou, sem qualquer restrição, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020, conforme demonstrações contábeis e financeiras auditadas, publicadas no Jornal Diário Comercial no dia 25/03/2021, na página 5, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 25/03/2021, no Caderno Empresarial, na página 155, e apresentadas a todos os presentes à Assembleia. O montante de prejuízo apurado no referido exercício social, de R\$ 7.807.135,00 deverá ser alocado na conta de prejuízos acumulados, restando assim, um saldo de prejuízos acumulados no valor de R\$ 30.122.555,00, a ser futuramente compensado com lucros que vierem a ser apurados pela Companhia. (ii) **Ratificação das subscrições e integralizações das ações relacionadas às segunda e terceira Tranches do aumento de capital social da Companhia aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020:** por unanimidade dos Acionistas presentes, detentores de 99,3228% do capital social da Companhia, foram ratificadas as subscrições e integralizações das ações relacionadas às segunda e terceira tranches do aumento de capital social da Companhia, conforme aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020, exclusivamente pela Acionista Associação Comercial de São Paulo, conforme previsto no boletim de subscrição que faz parte da presente Ata como seu **Anexo I**. (iii) **Deliberação sobre proposta de novo aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 6.585.532,00, com a emissão de 6.585.532,00 novas ações ordinárias nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, a serem subscritas e integralizadas por seus subscritores, conforme o caso, parte, equivalente a R\$ 6.409.237,00, com aproveitamento de saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital Social constante da escrituração contábil da Companhia, e parte, equivalente a R\$ 176.295,00, mediante novos aportes a serem realizados em moeda corrente nacional:** Incialmente, os Acionistas consignaram que o capital social da Companhia anteriormente subscrito já foi totalmente integralizado, na forma prevista na Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 354.358/20-0, em sessão de 01/09/2020, e em conformidade com o quanto previsto no item (ii) acima destas deliberações. Ao contrário, a unanimidade dos Acionistas presentes, detentores de 99,3228% do capital social da Companhia, aprovou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 41.807.993,00 para R\$ 48.393.525,00, resultando num aumento total, portanto, de R\$ 6.585.532,00, com a emissão de 6.585.532,00 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mas com preço de emissão fixado, por consenso entre os Acionistas, em R\$ 1,00 por ação, sendo 6.540.931,00 dessas novas ações ordinárias nominativas ora subscritas conforme previsto no boletim de subscrição que faz parte da presente Ata como seu **Anexo II** e nesta data parte integralizadas mediante aproveitamento de crédito da Acionista Associação Comercial de São Paulo em face da Companhia, no valor de R\$ 6.409.237,00, em decorrência de adiantamentos para futuro aumento de capital efetivados até 31/12/2020 e parte, no valor de R\$ 131.694,00, integralizadas em moeda corrente nacional, também pela Acionista Associação Comercial de São Paulo. O Acionista Ivan Pompeu Lopes renuncia expressamente ao direito de subscrição em relação à participação que lhe caberia neste aumento de capital e respectivo direito de preferência que lhe pudesse assistir, concordando, portanto, em ter sua participação percentual no capital social da Companhia diluída. Em virtude do não comparecimento do Acionista Valter Rodrigues Viana, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 13.338.994-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 04.817.588-85, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Frederico Von Martius nº 322, ap. 61, CEP 01548-010, fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da presente data, para que este possa exercer o seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas em relação ao aumento de capital retro aprovado, na proporção de sua atual participação no capital social da Companhia, que é de 0,6772%. Com efeito, e tendo em vista que o Acionista Valter Rodrigues Viana, até a presente data, não realizou qualquer adiantamento para este aumento de capital social, não há qualquer aproveitamento de crédito nesse sentido, razão pela qual o Acionista Valter Rodrigues Viana não integra o boletim de subscrição que faz parte da presente Ata como seu **Anexo II**. Uma vez decorrido o prazo retro estipulado sem o que Acionista Valter Rodrigues Viana tenha exercido seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas, ou caso se verifique, dentro de referido prazo, manifestação expressa deste no sentido de renunciar a seus direitos de subscrição e/ou preferência ora tratados, os demais Acionistas concordam, desde logo, que especificamente em relação à parcela das ações que caberiam ao Acionista Valter Rodrigues Viana, estas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Acionista Associação Comercial de São Paulo, devendo referida subscrição e integralização, em qualquer caso, ser ratificada na primeira Assembleia Geral da Companhia que vier a se realizar após sua efetivação. O Acionista Ivan Pompeu Lopes, por sua vez, renuncia expressamente a qualquer direito de preferência que lhe possa assistir na subscrição e integralização dessas novas ações da Companhia que, eventualmente, deixarem de ser subscritas pelo Acionista Valter Rodrigues Viana, de modo que nada mais poderá, jamais, vir a ser exigido, a qualquer título ou tempo, nem por qualquer forma, seja da Companhia, seja dos demais Acionistas, em relação a referida subscrição e integralização de capital social. Em virtude do aumento de capital social da Companhia retro aprovado, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte e nova redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 48.393.525,00, dividido em 48.393.525,00 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos previstos na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27/04/2021." (iv) **Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para renuneração dos artigos e adaptação geral do Estatuto:** por unanimidade dos presentes, os Acionistas detentores de 99,3228% do capital social decidem reformar, com renuneração de seus artigos, e consolidar o Estatuto Social da Companhia, revogando seus 38 artigos e parágrafos e substituindo-os por uma nova redação consolidada, cujo inteiro teor constitui o **Anexo III** à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem desejasse se manifestar e, não se verificando novas manifestações, deu por encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e pela Secretária da Assembleia – únicos a assinarem a presente Ata, nos termos do item 5 do Anexo V da IN DREI nº 81/2020 – que atestam a presença, nesta, de Acionistas representando 99,3228% do capital social da Companhia. São Paulo, 27/04/2021. Assinaturas: **Luiz Roberto Gonçalves** – Presidente; **Mayara Moreno Ribeiro Sampaio** – Secretária. Visto: Assinatura de Erigo da Silva – OAB/SP 164.006. **Estatuto Social – Capítulo I – Da denominação, sede, objeto e duração:** Artigo 1º. A Central de Registro de Direitos Creditórios S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede e pelas disposições legais aplicáveis (a "Companhia"). § Único. Também serão oponíveis e exequíveis em face da Companhia, de seus Acionistas e, quando aplicável, também de terceiros, toda e qualquer disposição de quaisquer Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas e

mantidos arquivados e à disposição para consulta na sede da Companhia. Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Rua Boa Vista nº 51, 4º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01014-911, podendo abrir filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação de sua diretoria. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: (i) assessoria, consultoria e centralização de informações de direitos creditórios originados no mercado; (ii) a prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia; (iii) o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação customizados; e (iv) a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades, personificadas ou não. Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do capital social:** Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 48.393.525,00, dividido em 48.393.525,00 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, nos termos previstos na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 27/04/2021. § 1º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. § 2º. Respeitados os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, a Companhia poderá emitir ações de outras espécies e em diferentes classes – incluindo, mas sem limitação, ações preferenciais sem direito a voto ou com direito a voto restrito, dentro dos limites admitidos pela legislação e respeitado o direito de preferência dos Acionistas para subscrição de quaisquer ações assim emitidas – devendo ser estipuladas na respectiva alteração societária os direitos e deveres que caibam a cada uma das novas espécies e classes de ações emitidas. § 3º. Os certificados de ações apenas serão emitidos quando solicitados pelos Acionistas e, nestes casos, somente terão validade quando devidamente assinados por: (i) qualquer 2 Diretores; ou (ii) qualquer dos Diretores, em conjunto com 1 procurador, facultada, outrossim, a autenticação mecânica, observados os preceitos legais em vigor. § 4º. O desdobramento dos certificados de ações será realizado pela Companhia à base de custo dos serviços e às expensas do(s) Acionista(s) que os solicitar(em). § 5º. É vedado aos Acionistas caucionar, ou de qualquer forma empenhar ou onerar suas ações, no todo ou em parte, salvo para garantia de obrigações da própria Companhia, nos casos em que tais operações tiverem sido previamente aprovadas pela Assembleia Geral. § 6º. Em qualquer caso de reembolso de ações, nos termos previstos em lei, o valor de reembolso das ações corresponderá ao seu valor econômico, a ser apurado nos termos do artigo 45 da Lei nº 6.404/1976. **Capítulo III – Das Assembleias Gerais:** Artigo 6º. A Assembleia Geral, nos termos da Lei, reunir-se-á: (i) ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, para: (a) tomar as contas e deliberar sobre o Relatório da Administração e os Demonstrativos Econômico-financeiro e de Resultados; (b) eleger ou reconduzir os membros do Conselho de Administração, nos exercícios em que se fizer necessário, bem como os membros do Conselho Fiscal, quando este tiver de ser instalado; (c) fixar a remuneração, de forma global ou individualizada, dos membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, do Conselho Fiscal; e (d) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais aconselharem ou exigirem o pronunciamento dos Acionistas. Artigo 7º. As assembleias gerais da Companhia serão convocadas e realizadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976, deste Estatuto Social e dos acordos de acionistas arquivados em sua sede. As assembleias gerais deverão ser realizadas sempre em dias úteis, durante o horário comercial e poderão inclusive, atendidas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, ser total ou parcialmente digitais. Artigo 8º. Observado o disposto na Lei nº 6.404/1976, as assembleias gerais serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração e uma cópia do respectivo edital de convocação deverá ser encaminhada pela Companhia aos Acionistas, exclusivamente por "e-mail" (para o endereço de "e-mail" informado por cada Acionista à administração da Companhia até o último dia útil do exercício anual anterior ao da convocação da respectiva assembleia), com comprovação de envio da respectiva mensagem de "e-mail" mas dispensada a comprovação do seu efetivo recebimento pelos destinatários, dentro do prazo previsto na lei para a convocação. Caso qualquer dos Acionistas tenha deixado de informar seu endereço de "e-mail" destinado a receber a cópia do edital de convocação aqui mencionada, ou deixe de atualizá-lo, em caso de alteração, até o último dia útil do exercício anual anterior à respectiva convocação, em hipótese alguma será admitido que tal Acionista alegue o não recebimento de referida cópia para fins de questionamento da validade da convocação da respectiva assembleia, sendo certo que a mera comprovação do envio da mensagem de "e-mail" contendo a cópia do edital de convocação para os endereços de "e-mail" que tenham sido informados à administração da Companhia nos termos retro previstos será suficiente para conferir plena validade à respectiva convocação e, portanto, à realização da respectiva assembleia. O edital de convocação deverá estabelecer detalhadamente a respectiva ordem do dia, não podendo incluir itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros assuntos". A convocação deverá ser realizada com 8 dias de antecedência, no mínimo, à data da realização da assembleia geral, e não se realizando a assembleia, será realizada segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias. Nenhuma deliberação válida será aprovada a respeito de assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia, conforme estabelecido no edital de convocação, salvo deliberação aprovada pela unanimidade dos acionistas. Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas, bem como aquela na qual, mesmo não estando todos presentes, todos os acionistas declararem expressamente terem sido identificados da ordem do dia, local, data e hora de realização da respectiva assembleia geral. Artigo 9º. As assembleias gerais serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou por quem este vier a indicar, acionista ou não, e, na ausência do presidente do Conselho de Administração e da pessoa por ele indicada, os acionistas presentes na assembleia geral indicarão, por maioria de votos presentes, quem exercerá a função de presidente da respectiva assembleia. O presidente da assembleia geral deverá nomear um dos presentes para atuar na qualidade de secretário, sendo que a mesa será responsável por anotar as discussões e deliberações em atas. Artigo 10. Os quóruns de instalação das assembleias gerais da Companhia serão aqueles previstos na Lei nº 6.404/1976, respeitados, conforme a matéria sujeita à deliberação, também os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 11. As deliberações tomadas em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia serão sempre aprovadas nos termos da Lei nº 6.404/1976, respeitados, conforme a matéria sujeita à deliberação, também os acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. Artigo 12. Serão admitidos, para fins de deliberação da Assembleia Geral, votos recebidos por carta, telegrama, fac-símile ou "e-mail", se recebidos na sede social antes do início da respectiva Assembleia Geral, bem como o voto por procuração, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei nº 6.404/1976, dispensado o reconhecimento de firmas para validade da respectiva procuração. **Capítulo IV – Da Administração:** Artigo 13. São órgãos de administração da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria. § Único. Os órgãos de administração da Companhia deverão observar as disposições legais, as deste Estatuto Social, e as de seu respectivo Regimento Interno, quando aplicável, e as de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **Seção I – Do Conselho de Administração:** Artigo 14. O Conselho de Administração da Companhia será composto por até 5 membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, para um mandato unificado de 2 anos, observadas as disposições a seguir do presente Estatuto Social e dos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. Artigo 15. O Conselho de Administração da Companhia se reunirá sempre que convocados, nos termos previstos neste Estatuto Social e nos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. Salvo se de outro modo acordado entre todos os membros do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia deverão ser realizadas em dias úteis, em horário comercial, devendo ocorrer, preferencialmente, quando não forem total ou parcialmente realizadas por meios virtuais, na sede da Companhia. Artigo 16. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, mediante envio de aviso por escrito, necessariamente enviado por "e-mail", a todos os membros do Conselho de Administração, informando a data, o horário e a ordem do dia dessa reunião (que não poderá incluir itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" ou "outros"). Em qualquer caso, o aviso de convocação deverá ser entregue, conjuntamente com todos e quaisquer documentos necessários e aplicáveis à informação correta e completa dos demais membros do Conselho de Administração, com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência, em primeira convocação, ou com, no mínimo, 3 dias úteis de antecedência, em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. § Único. Caso qualquer dos membros do Conselho de Administração entenda ser necessária a convocação de reunião deste órgão e seu Presidente, instado a fazê-lo, deixe de realizar a convocação dentro do prazo de até 8 dias após o pedido, por escrito do respectivo membro do Conselho, este poderá realizar a convocação, instruindo esta com o pedido anteriormente feito ao Presidente do Conselho e com a justificativa (e respectiva documentação) para convocação da reunião por ele requerida. Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração, sejam ordinárias ou extraordinárias, serão consideradas validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração então eleitos e em exercício. A partir da segunda convocação, as reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com qualquer número de Conselheiros presentes. Respeitados os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. A investidura dos membros do Conselho de Administração far-se-á mediante Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Artigo 18. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá participar das reuniões do Conselho de Administração remotamente, por meio de tele ou videoconferência. Uma cópia devidamente assinada do voto proferido por qualquer membro do Conselho de Administração, que assim participar de reunião do Conselho de Administração, deverá ser enviada para o devido registro e arquivamento na Companhia, de maneira que todos os participantes possam ser claramente identificados, sendo que referida entrega poderá ser realizada via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração, até a data da reunião. Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração deverão ser registradas em ata assinada pelos presentes, assim considerados, inclusive, aqueles que tiverem participado da reunião remotamente, nos termos acima previstos. § Único: Os Conselheiros que não puderem comparecer a uma Reunião do Conselho de Administração poderão (i) ser representados na respectiva reunião por outro Conselheiro, o qual votará em nome do Conselheiro substituído, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião até (inclusive) o momento da sua instalação e que esteja de acordo com o disposto neste Estatuto Social e nos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião até (inclusive) o momento da sua instalação, via fax, carta registrada, "e-mail" ou carta entregue em mãos, até a data da reunião. Em ambos os casos o Conselheiro que se fizer representado ou enviar seu voto será considerado como se estivesse

presente à reunião. Artigo 19. As deliberações tomadas em sede de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão sempre aprovadas por maioria dos seus membros presentes, sempre respeitados os acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia que prevejam quórum mais qualificado para a aprovação de determinadas matérias. § Único. Para permitir o bom funcionamento do Conselho de Administração, (i) a Diretoria manterá os membros do Conselho de Administração informados acerca do andamento dos negócios sociais da Companhia, de suas operações em curso e dos negócios a realizar, encaminhando-lhes, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, os contratos, informações e demais documentos necessários ao exercício das funções do referido Conselho de Administração, e (ii) o Conselho de Administração (a) dotará Regimento Interno aprovado por seus membros e (b) poderá, na forma prevista em seu Regimento Interno, criar, alterar ou extinguir comitês não estatutários de assessoramento, definindo então suas funções e o modo de seu funcionamento. **Seção II – Da Diretoria:** Artigo 20. A representação e as atividades cotidianas e operacionais da Companhia previstas no plano de negócios desta, no limite das atribuições determinadas no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão exercidas pela Diretoria. Artigo 21. A Diretoria será composta por até 3 membros, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, nos termos do estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, para um mandato unificado de 3 anos, sendo certo que um dos Diretores será denominado Diretor Presidente e os demais não terão designações ou denominações específicas. Os Diretores, ao término de seus mandatos, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § Único. Os Diretores da Companhia serão eleitos, destituídos e substituídos, quando e conforme o caso, de acordo com os termos dispostos na Lei nº 6.404/1976 e nos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. Artigo 22. A representação ativa e passiva da Companhia, em quaisquer atos e operações que impliquem sua responsabilidade, dependerá da assinatura de, pelo menos, 2 Diretores, em conjunto, sempre observados eventuais limites à atuação destes constantes do presente Estatuto Social, impostos por deliberação do Conselho de Administração ou estabelecidas nos acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. A Companhia poderá, também, fazer-se representar por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído nos termos do § 2º abaixo, ou, ainda, por 2 procuradores, constituídos na forma prevista abaixo. § 1º. A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, independentemente das formalidades previstas neste ou em qualquer outro artigo do presente Estatuto Social, nos casos de recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e na prestação de depósitos pessoais. Poderá, ainda, ser representada, nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso a caso, por via epistolar. § 2º. Todas as procurações outorgadas em nome da Companhia deverão descrever clara e especificamente os poderes outorgados a cada procurador, terão prazo limitado de até 2 anos, exceção feita àquelas outorgadas com poderes ad iudicia, que poderão contar com prazo indeterminado, e deverão ser necessariamente assinadas por ao menos 2 Diretores ou 1 Diretor em conjunto com 1 procurador constituído com este poder. Artigo 23. Em operações estranhas aos negócios sociais é vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. § Único. Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigam a Companhia, respondendo o Diretor ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações deles decorrentes. **Capítulo V – Dos Órgãos de Assessoramento e Fiscalização:** **Seção I – Do Comitê de Auditoria:** Artigo 24. A Companhia contará com um Comitê de Auditoria, que funcionará como órgão de assessoramento do Conselho de Administração e será composto por 3 a 5 membros efetivos, pessoas naturais residentes no país, podendo haver membros independentes, assim declarados pelo Conselho de Administração, na reunião em que os membros do Comitê de Auditoria forem designados. § 1º. Caberá ao Conselho de Administração, portanto, eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e definir as condições de sua atuação, bem como acompanhar o cumprimento das atividades deste e aprovar seu respectivo regimento. § 2º. A investidura dos membros do Comitê de Auditoria far-se-á mediante Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Artigo 25. O Comitê de Auditoria terá as seguintes atribuições: (i) assessorar o Conselho de Administração da Companhia em suas funções de supervisão da gestão executiva desta; (ii) selecionar, indicar, supervisionar e avaliar a atuação dos auditores externos da Companhia; (iii) supervisionar as atividades da área de auditoria interna da Companhia; (iv) monitorar a integridade ("Compliance") dos mecanismos de controles internos da Companhia; (v) avaliar e monitorar, em conjunto com o Conselho de Administração, a adequação das operações com partes relacionadas da Companhia; e (vi) avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a adequação ou aprimoramento dos regulamentos e políticas internas da Companhia. **Seção II – Do Conselho Fiscal:** Artigo 26. A Companhia poderá contar, por solicitação de Acionistas representando ao menos 5% do capital social com direito a voto, com um Conselho Fiscal composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionando este Conselho Fiscal em caráter não permanente, apenas nos exercícios em que solicitado. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sobre sua instalação, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. § 2º. Os membros efetivos do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções, não cabendo aos suplentes, enquanto na suplência, qualquer remuneração. Caso qualquer suplente venha a ser convocado para substituir membro efetivo deste Conselho Fiscal, somente então fará jus à remuneração, proporcionalmente ao período de referida substituição. § 3º. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Capítulo VI – Do Exercício Social:** Artigo 27. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Artigo 28. Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras e de resultados exigidas em lei, e as submeterá ao Conselho de Administração, para deliberação prévia deste e submissão à Assembleia Geral Ordinária que se seguir. Artigo 29. Do resultado do exercício serão devidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para pagamento de tributos devidos pela Companhia. Artigo 30. Do lucro do exercício, antes de qualquer outra destinação, serão: (i) aplicados 5% na constituição de Reserva Legal, cujo montante global não poderá exceder a 20% do capital social, podendo sua constituição, inclusive, ser dispensada no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de outras reservas de capital, exceder a 30% desse capital social; (ii) aplicados 5% na constituição de Reserva de Tecnologia da Informação, destinada à aquisição de recursos tecnológicos pela Companhia e cujo montante global não poderá exceder a 20% do capital social. Quando considerada desnecessária ou excessiva esta Reserva, seus recursos poderão ser destinados, por deliberação da Assembleia Geral, a aumento do capital social da Companhia ou a incorporação à conta de Lucros Acumulados; e (iii) destacados, se necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e de Lucros a Realizar, tudo consoante com o disposto no artigo 20-2, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/1976. Artigo 31. Do saldo restante do lucro líquido será distribuído às Acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25%, compensado com os dividendos ou juros sobre o capital próprio que tenham sido, eventualmente, declarados e pagos no decorrer do respectivo exercício. § Único. Observados os requisitos referentes a orçamentos de capital e demais disposições aplicáveis à retenção de lucros da Companhia, conforme previstos na Lei nº 6.404/1976, o dividendo previsto neste Artigo 31 não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria, com a aprovação do Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral Ordinária não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia, comprovando tal informação, que deverá ser submetida à apreciação e parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, sendo certo que referido Conselho poderá, inclusive, ser constituído na mesma Assembleia Geral em que a informação ora tratada for divulgada pela Diretoria, para o fim específico de se manifestar a esse respeito. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, não tendo seu pagamento qualquer impacto no cálculo dos dividendos mínimos a serem declarados no mesmo exercício em que tal pagamento ocorrer ou em exercícios futuros. Artigo 32. A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, o qual, por proposta da Diretoria previamente aprovada pelo Conselho de Administração, poderá ser, total ou parcialmente, atribuído como dividendo suplementar aos Acionistas ou como saldo que se transfere para o exercício seguinte, como lucros acumulados. Artigo 33. Os dividendos declarados e não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 34. A Diretoria poderá propor ao Conselho de Administração, cabendo a este a decisão a respeito, a declaração de dividendo à conta do lucro apurado em balanços semestrais – ou mesmo de menor periodicidade –, quando a situação financeira da Companhia o permitir e desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das suas reservas de capital. § Único. A Diretoria poderá, também, sujeito a prévia aprovação do Conselho de Administração: (i) declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e, observados os limites legais, (ii) autorizar o pagamento aos Acionistas de juros sobre o capital próprio. **Capítulo VII – Da Liquidação, Dissolução e Extinção:** Artigo 35. A Companhia entra em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em lei. § Único. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais:** Artigo 36. A Companhia respeitará e obedecerá aos termos dos acordos de acionistas que estejam arquivados em sua sede. Artigo 37. Em qualquer caso de conflito entre os acionistas e/ou entre os acionistas e a Companhia (as "Partes") ou discussão oriunda ou relativa ao presente Estatuto Social, as Partes enviarão seus melhores esforços no sentido de resolver a questão amigavelmente. § Único – No caso de não ser possível chegar a um acordo amigável em até 30 dias após o início das negociações, as Partes elegem, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas do presente Contrato Social, o Foro da Comarca de São Paulo, com prevalência sobre qualquer outro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 257.154/21-8 em 04/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Mercúrio Participações e Investimentos S.A.
 CNPJ/MF nº 21.042.857/0001-44 – NIRE 35.300.470.281

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020

1. Data, Hora e Local: 31/07/2020, às 07:30 horas, na sede social da Companhia, na rua Olimpíadas, 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala "02", São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2019. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Em AGO: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores. **5.2. Em AGE:** (i) Deliberar sobre a reeleição da Diretoria Executiva; (ii) Deliberar o aumento do capital social da Companhia; e (iii) Deliberar a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a deliberação anterior. **6. Deliberações:** Deliberações tomadas por unanimidade: **6.1.** Em relação ao item 5.1. (i), da ordem do dia, por unanimidade, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019. **6.2.** Em relação ao item 5.1. (ii), da ordem do dia, por unanimidade, aprovar a proposta para que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 10.064,25, seja destinado para prejuízos acumulados. **6.3.** Em relação ao item 5.1. (iii), da ordem do dia, por unanimidade, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Em relação ao item 5.2. (i), da ordem do dia, por unanimidade, reeleger o Sr. **Luiz Eduardo Barros Manara**, RG nº 8.929.599 (SSP/SP) e CPF/MF nº 071.820.498-05, ao cargo de **Diretor Presidente**; e reeleger o Sr. **Marcos Paulo Fernandes Pereira**, RG nº 30.515.604-4 (SSP/SP) e CPF/MF nº 213.793.938-09, ao cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro**. O mandato unificado da atual Diretoria eleita será de 02 anos, com início na presente data e término da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2021. **6.4.1.** Os Diretores ora eleitos, tomam posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, com declaração de desimpedimento, lavrados em livro próprio e arquivados na sede da Companhia. **6.5.** Em relação ao item 5.2. (ii), da ordem do dia, por unanimidade, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 6.578,02, passando o capital social dos atuais R\$ 76.036,25 para R\$ 82.614,27, mediante a emissão de 6.578 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, calculado na forma do artigo 170, § 1º, da LSA. Como resultado da emissão de ações ora referida, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 82.614 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **6.5.1.** O acionista Carlo Alberto Bottarelli decidiu não acompanhar o supracitado aumento de capital, renunciando, assim, expressamente ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações da Companhia que são, nesta ocasião, totalmente subscritas pela acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo"), nos termos do boletim de subscrição, e integralizadas neste ato mediante a capitalização de Adiantamentos para "AFAGs", realizados pela Triunfo até 31/03/2020. **6.6.** Em relação ao item 5.2. (iii), da ordem do dia, por unanimidade, em razão das deliberações realizadas, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 4º: O capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 82.614,27, representado por 82.614 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal." **6.7.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, foi lavrada a presente ata, a qual foi aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; e Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **Acionistas:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos, por Carlo Alberto Bottarelli; e Carlo Alberto Bottarelli. JUCESP – Registrado sob o nº 266.787/21-6 em 07/06/2021. Gisela Simiema Cheschin – Secretária Geral.

ZETTA Zetta Infraestrutura e Participações S.A. | CNPJ/MF nº 17.696.380/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	2020	2019	2020	2019	Capital social	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Ativo circulante	3.268.030	13.190	15.982.923	14.635						
Caixa e equiv. de caixa	2.587.358	326	2.809.808	771	38.040.556	(285.648)	(34.573.267)	3.181.641	–	3.181.641
Clientes	–	–	12.189.505	–	8.257.294	–	–	8.527.294	–	8.527.294
Adiantamentos	598.618	–	860.363	1.287	–	–	(1.832.520)	(1.832.520)	–	(1.832.520)
Impostos a recuperar	72.351	12.577	114.545	12.577	–	–	–	–	–	–
Despesas antecipadas	8.703	–	8.703	–	–	–	–	–	–	–
Não circulante	78.645.086	13.603.773	77.676.389	13.602.761	46.567.850	(285.648)	(36.405.787)	9.876.415	–	9.876.415
Partes relacionadas	47.973.547	2.932.283	48.664.913	2.930.659	41.380.886	–	–	41.380.886	1.020.000	42.400.886
Investimentos	29.506.439	10.671.490	24.927.345	10.672.102	–	–	–	–	–	–
Direito de uso	1.100.212	–	1.100.212	–	–	–	–	–	–	–
Intangível líquido	1.998	–	1.998	–	–	–	–	–	–	–
Imobilizado líquido	2.890	–	2.891.321	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo	81.913.116	13.616.963	93.659.313	13.617.396	87.948.736	(285.648)	(26.954.288)	60.708.800	4.913.874	65.622.674
Passivo circulante	539.238	3.300	4.073.298	279.525						
Fornecedores	210.284	–	3.403.498	1.000						
Obrigações tributárias	2.460	3.300	68.080	3.300						
Outras contas a pagar	43.493	–	318.719	275.225						
Arrendamento a pagar	283.001	–	283.001	–						
Não circulante	20.065.078	3.737.240	23.963.341	3.461.456						
Provisão p/ contingências	69.115	69.115	69.115	69.115						
Prov. p/ perda em investimentos	7.259	125.319	–	–						
Contas a pagar p/ partes relac.	19.495.300	3.542.814	21.666.674	3.392.341						
Obrigações tributárias	–	–	774.165	–						
Impostos diferidos	–	–	359.383	–						
Arrendamento a pagar	1.093.404	–	1.093.404	–						
Patrimônio líquido	60.708.800	9.876.415	60.708.800	9.876.415						
Capital social	87.948.736	46.567.850	87.948.736	46.567.850						
Transações de capital	(285.648)	(285.648)	(285.648)	(285.648)						
Prejuízos acumulados	(26.954.288)	(36.405.787)	(26.954.288)	(36.405.787)						
Particip. de acionistas não controlad.	–	–	4.913.874	–						
Total do passivo e patrimônio líquido	81.913.116	13.616.963	93.659.313	13.617.396						

Dólar vira e cai a R\$ 5,04 com fluxo e expectativa por Copom



Um dia antes dos esperados resultados das reuniões de política monetária no Brasil e no exterior, a liquidez se reduziu no mercado doméstico e o dólar acabou tendo um dia volátil. Subiu a R\$ 5,10 pela manhã e nos negócios da tarde passou a cair, testando mínimas a R\$ 5,03, refletindo entrada de fluxo e também um movimento de agentes se antecipando a entradas futuras, por conta de captações externas de empresas, como a Light nesta terça-feira, ou potenciais aportes de estrangeiros com o Banco Central elevando os juros agora e sinalizando nova alta em agosto. Nesse ambiente, o real acabou indo na contramão de outras moedas emergentes, que perderam força ante o dólar de forma generalizada.

No fechamento, o dólar à vista terminou a terça-feira em queda de 0,55%, a R\$ 5,0428. No mercado futuro, o dólar para julho cedia 0,30%, a R\$ 5,0520 às 17h35.

O diretor da NGO Corretora de Câmbio, Sidnei Moura Nehme, ressalta que mais cedo o dólar subiu ante o real, com a moeda americana ganhando força após a divulgação do índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos.

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.
 CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em US\$ e R\$)

Ativo	Expresso em US\$		Expresso em R\$		Passivo	Expresso em US\$		Expresso em R\$	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante	12.676.744	16.759.854	41.934.669	56.183.526	Passivo Circulante	10.013.368	13.826.785	33.124.221	46.351.094
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.781.560	767.001	12.509.400	2.571.192	Frete a pagar	5.524.229	7.934.855	18.274.151	26.599.762
Adiantamentos para Embarcações	8.245.141	10.537.680	27.274.927	35.325.129	Férias a Pagar	110.982	110.088	367.126	369.048
Impostos a Recuperar	607.730	393.507	2.010.371	1.319.141	Impostos e Contribuições a Recolher	179.691	385.047	594.416	1.290.782
Adiantamentos para Agentes Marítimos	35.066	5.022.947	116.000	16.838.267	Adiantamentos a pagar – Partes relacionadas	113.213	241.990	374.510	811.214
Outras Contas a Receber	–	32.814	–	110.000	Outras Contas a Pagar	6.310	490.440	20.873	1.442.950
Contas a Receber – COSCO	7.247	5.905	23.971	19.797	Contas a Pagar – COSCON	4.078.943	4.724.365	13.493.145	15.837.338
Imobilizado	706.035	584.446	1.836.475	1.465.803	Provisão para Contingências	36.009	35.535	119.118	119.118
Intangível	230.974	15.305	754.841	47.397	Total Passivo Não Circulante	36.009	35.535	119.118	119.118
Total Ativo Não Circulante	937.009	599.751	2.591.316	1.513.200	Patrimônio Líquido	3.564.376	3.497.285	11.282.646	11.226.514
Total Ativo	13.613.753	17.359.605	44.525.985	57.696.726	Capital Social	266.863	266.863	520.538	520.538
					Lucros Acumulados	3.297.513	3.230.422	10.762.108	10.705.976
					Total Passivo	13.613.753	17.359.605	44.525.985	57.696.726

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.
 CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais (R\$) e de dólares (US\$))

Balancos Patrimoniais	US\$		R\$		Demonstração dos Fluxos de Caixa				
	2018	2017	2018	2017	Expresso em US\$		Expresso em R\$		Total
Ativo Circulante	9.489	12.677	36.768	41.935	Fluxo de caixa das atividades operacionais	16	49	60	56
Caixa e equivalentes de caixa	2.671	3.782	10.348	12.509	Lucro líquido do exercício	–	–	–	–
Contas a receber	6.255	8.287	24.235	27.415	Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	–	–	–	–
Impostos a recuperar	503	608	1.951	2.011	Depreciação e amortização	132	100	487	320
Outras contas a receber	60	–	234	–	Provisão para contingência	21	1	100	–
Não circulante	876	937	2.350	2.591	Ajuste de conversão	(384)	18	–	–
Ativo imobilizado	665	706	1.667	1.836	Varição em ativos e passivos operacionais	(215)	168	647	376
Ativos intangíveis	211	231	683	755	Redução (aumento) em contas a receber	–	–	–	–
Total do ativo	10.365	13.614	39.118	44.526	Redução (aumento) em impostos a recuperar	–	–	–	–
Passivo e patrimônio líquido	7.112	10.014	27.556	33.124	Redução (aumento) em outras contas a receber	–	–	–	–
Frete para remessa	6.720	9.723	26.037	32.163	(Redução) aumento no frete para remessa	–	–	–	–
Obrigações tributárias	197	180	764	594	(Redução) aumento em obrigações tributárias	–	–	–	–
Salários a pagar e provisão para pagamentos	195	111	755	367	(Redução) aumento em salários a pagar e pagamentos a efetuar	–	–	–	–
Não circulante	57	36	219	119	Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(824)	3.284	(2.562)	10.960
Provisão para contingências	57	36	219	119	Fluxo de caixa das atividades de investimento	–	–	–	–
Patrimônio líquido	3.196	3.564	11.343	11.283	Aquisição de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis	–	–	–	–
Capital social	267	267	521	521	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	–	–	–
Lucros acumulados	3.295	3.279	10.822	10.762	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	(366)	18	–	–	no início do exercício	–	–	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	10.365	13.614	39.118	44.526	no final do exercício	–	–	–	–

Faça um orçamento conosco ligue: 3361-8833

Publicidade Legal

MS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.987.773/0001-71

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
Balancos Patrimoniais		Controladora Consolidado				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
		2020		2019		2020		2019		
Notas		2020		2019		2020		2019		
Ativo		6.914		6.072		35.122		39.384		
Ativo circulante		6.914		6.072		35.122		39.384		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.128	1.107	3.155	694	Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Contas a receber de clientes	5	-	-	3.775	4.486	Lucro líquido do exercício	45.315	1.991	480	
Impostos a recuperar	6	15	35	1.595	3.696	AFAC	-	1.000	-	
Estoques		-	-	-	-	Constituição da reserva legal	-	-	27	
Partes relacionadas	14(a)	-	-	26.299	30.132	Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	
Outros créditos		1	3	298	375	Transferência para reserva lucros	-	-	378	
Dividendos a receber	14(a)	5.770	4.927	-	-	Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.315	2.991	507	
Ativo não circulante		71.879	74.712	43.327	49.020	Prejuízo do exercício	-	-	-	
Depósitos judiciais	13(a)	-	-	844	365	Transferência para reserva lucros	-	-	(2.058)	
IRPJ e contribuição social diferidos	19(a)	-	-	5.838	6.279	Saldos em 31 de dezembro de 2020	45.315	2.991	507	
Investimentos	7(b)	71.879	74.712	-	-	Demonstrações dos Resultados				
Imobilizado	8	-	-	4.390	4.893	Controladora		Consolidado		
Intangível	9	-	-	32.255	37.483	Notas		2020 2019 2020 2019		
Total do ativo		78.793	80.784	78.449	88.404	Receita líquida de vendas	16	-	25.091	36.854
Passivo e Patrimônio Líquido		78.793		80.784		Custo dos produtos vendidos	17	-	(5)	(10.781)
Passivo circulante		2.487		2.420		Lucro (prejuízo) bruto	(5)	14.310	20.058	
Fornecedores		-	-	842	811	Despesas operacionais				
Salários e encargos a pagar	10	-	-	935	1.088	Despesas de vendas	17	-	(466)	(783)
Impostos a recolher	6	3	211	247	247	Gerais e administrativas	17	(5.293)	(5.259)	(14.450)
IRPJ e contribuição social a pagar		-	-	112	1.434	Equivalência patrimonial	7(b)	3.236	5.795	-
Partes relacionadas	14(b)	70	6	-	-	Outras despesas, líquidas	(22)	-	(307)	(898)
Dividendos a pagar	14(b)	2.411	2.411	1.289	2.291	Lucro líquido (prejuízo) operacional	(2.079)	536	(15.223)	(15.450)
Outras contas a pagar	11	-	-	1.044	5.216	Resultado financeiro	18	21	33	(88)
Arrendamento mercantil	12	-	-	106	149	Lucro (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(2.058)	531	(880)	4.520
Passivo não circulante		4.760	4.760	1.107	2.515	IRPJ e CSLL	19(b)	-	(970)	(3.697)
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	13(a)	-	-	494	1.608	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.058)	531	(1.850)	823
Arrendamento mercantil	12	-	-	613	907	Lucro (prejuízo) atribuível a acionistas controladores				
IRPJ e contribuição social diferidos	19(a)	4.760	4.760	-	-	-	-	(2.058)	531	
Patrimônio líquido		71.546	73.604	72.803	74.653	Lucro (prejuízo) atribuível a acionistas não controladores				
Capital social	15(a)	45.315	45.315	45.315	45.315	-	-	208	292	
AFAC	15(c)	2.991	2.991	2.991	2.991	Demonstrações dos Fluxos de Caixas				
Reserva legal		507	507	507	507	Controladora		Consolidado		
Reserva de lucros		22.733	24.791	22.733	24.791	Notas		2020 2019 2020 2019		
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		71.546	73.604	71.546	73.604	Fluxo de caixa das atividades operacionais	21	-	4.350	3.077
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.257	1.049	Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-	(822)
Total do passivo e patrimônio líquido		78.793	80.784	78.449	88.404	Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(822)
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis										
1. Informações gerais – A MS Broadcast Participações S.A. ("MS Broadcast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André, constituída em 03/06/2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do Grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As empresas operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Diário da Manhã, TV Chapeco, Empresa Catarinense de Comunicação, TV Criciúma e Rádio Cidade FM, e foram adquiridas em 26/05/2016, em fases, e o controle foi obtido em 02/12/2017. Contudo, todas as decisões da Administração já estavam centralizadas na atual Administração. A licença federal para operacionalização das atividades TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 411-c, Vila Gilda, Santo André-SP.										
Impactos à pandemia da Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos significativos em sua operação. 2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.1.1. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. 2.2. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: (i) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (<i>impairment</i>) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. (ii) Companhias consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:										
		% – Controle direto no capital social								
	País	2020	2019							
Rádio Diário da Manhã	Brasil	100%	100%							
Televisão Chapeco S/A	Brasil	87,65%	87,65%							
RBS Empresa Catarinense de Comunicação	Brasil	100%	100%							
TV Criciúma Ltda.	Brasil	100%	100%							
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	Brasil	100%	100%							
b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.4. Ativos e passivos financeiros: Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: 1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; 2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; 3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. 1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de										

Moedas Globais: dólar fica misto ante rivais, sem impulso à espera de Fed



O dólar operou sem direção única ante rivais nesta terça-feira, em sessão que precede a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Enquanto nos Estados Unidos investidores ficaram em compasso de espera, no Reino Unido, a libra chegou a cair ao seu menor valor ante a moeda americana ontem, diante de incertezas provocadas pela disseminação local da variante delta do coronavírus.

O índice DXY, que mede a variação do dólar ante seis rivais, fechou em leve alta de 0,02%, aos 90,536 pontos. No fim da tarde em Nova York, o euro apreciava a US\$ 1,2129, a libra recuava a US\$ 1,4084, e o dólar caía a 110,07 ienes.

"O dólar pode ter dificuldades se o Fed se mantiver nas taxas baixas por mais tempo. No entanto, qualquer mudança material nas perspectivas para as taxas de juros que apontem em um aumento mais rápido das taxas poderia sustentar a divisa", prevê o analista sênior do Western Union Joe Manimbo, em relatório a clientes.

Além da espera pelo Fed, investidores acompanharam a divulgação de indicadores da economia americana. O índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) subiu 0,8% em maio ante abril, com alta mensal de 0,7% no núcleo do indicador. A leitura recorde do PPI aumentou as discussões sobre a inflação nos EUA um dia antes da decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), como mostrou reportagem do Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br ou ligue 3361-8833

Na véspera do Copom e do Fed, Bolsa fecha em leve baixa de 0,09%

Em leve baixa nesta terça-feira, o Ibovespa conseguiu sustentar assim como segunda-feira a linha de 130 mil pontos, tendo permanecido na estreita faixa de 129 a 130 mil em todos os fechamentos de junho a partir do dia 2, após encerrar maio aos 126,2 mil pontos. Nesta véspera de decisão de política monetária nos Estados Unidos e no Brasil, com giro enfraquecido a R\$ 26,7 bilhões, o índice da B3 fechou em baixa de 0,09%, a 130.091,08 pontos, entre mínima de 129.304,07 e máxima de 130.435,51 pontos na sessão. Na semana, avança 0,50%, colocando os ganhos da primeira quinzena do mês a 3,07% e os do ano a 9,30%.

Na B3, destaque nesta terça-feira para Sul América (+4,84%), PetroRio (+3,61%) e Ecorodovias (+3,31%), na ponta do Ibovespa na sessão. No lado oposto, Banco Inter cedeu 2,73%, Azul, 2,66%, e Hering, 2,54%. Entre as blue chips, o dia foi positivo para Petrobras (PN +0,97%, ON +0,72%), com o Brent negociado a US\$ 74 por barril, enquanto Vale ON fechou em baixa de 1,95%, a R\$ 111,50.

O dia foi majoritariamente negativo para as ações de grandes bancos, à exceção de Bradesco PN (+0,07%). As siderúrgicas também cederam terreno, com destaque para CSN ON (-1,37%).

Além do avanço nas cotações da commodity, fatores intrínsecos à Petrobras mantiveram as ações da empresa na contracorrente das blue chips nesta sessão. “Ao longo da semana, a estatal anunciou duas notícias que animaram os analistas, e que reforçam os planos de redução de alavancagem, assim como maior fluxo de caixa – ou seja, mesmo com a mudança recente da diretoria, a estratégia de desalavancagem não está em risco, e aproxima a empresa da meta de pagar maiores dividendos aos acionistas”, diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

IstoÉDinheiro

LS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.152/0001-44

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social AFAC	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total do patrimônio líquido não controladores	Participação de Total do patrimônio líquido
	2020	2019	2020	2019					
Ativo circulante	8.106	8.070	67.306	64.634	75.199	696	966	9.594	86.455
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.980	1.944	6.122	-	-	-	-	6.685
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.106	-	-	-	-	(334)
Impostos a recuperar	64	64	1.189	2.609	-	-	-	-	(1.588)
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.763)
Partes relacionadas a receber	12	-	-	52.518	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	4	4	371	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	12	6.058	6.058	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	96.169	93.409	45.283	52.323	75.199	696	1.300	14.357	91.552
Depósitos judiciais	11(a)	-	-	321	-	-	-	-	2.753
IRPJ e CSLL diferidos	17(a)	-	-	4.394	-	-	-	-	(138)
Investimentos	6(b)	96.169	93.409	-	-	-	-	-	(654)
Imobilizado	7	-	-	8.090	-	-	-	-	(1.961)
Intangível	8	-	-	32.478	-	-	-	-	-
Total do ativo	104.275	101.479	112.589	116.957	75.199	696	1.438	16.318	93.651
Passivo e Patrimônio Líquido	93.651	91.552	93.651	91.552	-	-	-	-	1.644
Passivo circulante	6.740	6.043	15.080	21.222	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	1.352	-	-	-	-	-
Salários e encargos a pagar	-	-	-	765	-	-	-	-	-
Impostos a recolher	5	3	293	292	-	-	-	-	-
IRPJ e contribuição social a pagar	17(c)	-	-	780	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	12	6.680	6.026	9.469	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	9	-	-	1.999	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	12	55	14	55	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	10	-	-	367	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	3.884	3.884	2.214	2.706	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	11(a)	-	-	441	-	-	-	-	859
Arrendamento mercantil	10	-	-	1.773	-	-	-	-	1.847
IRPJ e CSLL diferidos	17(a)	3.884	3.884	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	93.651	91.552	95.295	93.029	75.199	696	1.300	14.357	86.455
Capital social	13(a)	75.199	75.199	75.199	-	-	-	-	-
AFAC	13(c)	696	696	696	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.438	1.300	1.438	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	16.318	14.357	16.318	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	93.651	91.552	93.651	91.552	75.199	696	1.300	14.357	86.455
Participação de não controladores	-	-	1.644	1.477	-	-	-	-	1.644
Total do passivo e patrimônio líquido	104.275	101.479	112.589	116.957	75.199	696	1.438	16.318	93.651

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas			
1. Informações gerais – A LS Broadcast Participações S.A. (“LS Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André-SP, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do grupo e; (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As empresas operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Cia. Catarinense de Rádio e Televisão S.A., Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., Televisão Joaçaba e Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda., a primeira foi uma aquisição parcial em 26 de maio de 2016, e a segunda, a aquisição do restante da participação nestas empresas e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da Administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença Federal para operacionalização das atividades tv e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15, anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de abril de 2021. Impactos à pandemia do Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos significativos em sua operação. 2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: (i) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. (ii) Companhias consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:			

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas			
2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.4. Ativos e passivos financeiros: Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: 1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; 2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; 3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. 1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou			

Demonstrações dos Resultados			
2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de créditos esperadas são constituídas com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.12.a. 2.6. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.7. Investimento: Os investimentos da Controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. 2.8. Intangível: São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. 2.10. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. a) Receita financeira: A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias deduti-			

Demonstrações dos Resultados Abreangentes			
2.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Provisão para perda de créditos esperadas: A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 11. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, onde uma provisão deve ser constituída quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. 2.13. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. São elas: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00 R2); • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 Contratos de Seguros; e • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.			

Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa líquido proveniente das operações				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa:				
no início do exercício	1.944	1.944	3.376	473
no final do exercício	1.980	1.944	6.122	3.376
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	36	-	2.746	2.903

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa líquido proveniente das operações				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa:				
no início do exercício	1.944	1.944	3.376	473
no final do exercício	1.980	1.944	6.122	3.376
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	36	-	2.746	2.903

Adriano Araldi – Diretor Wagner Aparecido Nilo de Paschoal – Contador CRC 154.242/O-5

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Negócios

De Gustavo Lima a funk e futebol, fundos apostam em entretenimento



A crise na classe artística devido à pandemia de Covid-19, bem como a aposta em um boom do setor pós-pandemia, têm impulsionado uma modalidade de investimento pouco conhecida no Brasil: a comercialização de direitos autorais de compositores e de datas de shows de grandes cantores.

A opção ficou conhecida mundialmente após o cantor e compositor Bob Dylan vender todas as suas mais de 600 canções para a Universal em dezembro, por cerca de US\$ 300 milhões (R\$ 1,5 bilhão).

No Brasil, até então, o movimento era o inverso. Hoje cobiçados por fundos, Gilberto Gil e Caetano Veloso, por exemplo, recuperaram recentemente alguns

de seus catálogos junto a editoras musicais, empresas que editam, comercializam e promovem partituras e letras de canções. Roberto Carlos e Erasmo Carlos estão na Justiça para também reaver a posse de músicas do início de suas carreiras.

Com a falta de shows, porém, artistas voltaram a comercializar seus direitos. Isso porque a receita diária com reprodução de músicas é menor, já que a maior parte do valor fica com a gravadora.

Estima-se que o sertanejo Gustavo Lima vendeu por R\$ 100 milhões a sua agenda para 192 apresentações quando grandes shows voltarem a ser permitidos no Brasil. A compradora foi a gestora Contea Capital, que lançou em maio um fundo voltado à

comercialização de datas de shows de grandes artistas.

Ou seja, para agendar uma apresentação com Lima no pós-pandemia, o contratante terá que negociar com o fundo e não com o cantor.

“Com a pandemia, a demanda represada é enorme. E estudos apontam uma expectativa muito forte. Pessoas querem voltar a ir ao cinema, a shows e a eventos”, diz Paulo Marins, sócio da Contea Capital.

O fundo com as datas de shows de Gustavo Lima é um Fide não-padronado, um instrumento capaz de adquirir diversos tipos de direitos creditórios com maior risco. Os padronizados comercializam títulos de crédito convencionais.

Júlia Moura/Folhapress

Vão faltar hotéis e aviões na temporada de verão, diz presidente da CVC



A CVC já está com a cabeça na temporada de verão. Após a promessa de estados como São Paulo e Rio de Janeiro de vacinar todos os adultos com ao menos uma dose até setembro e outubro, cresce a expectativa do turismo pela retomada do setor. “A volta à normalidade vai coincidir com a alta temporada. Na minha visão, vão faltar hotéis e aviões porque vai haver um boom de viagens”, acredita Leonel Andrade, presidente da CVC. A empresa, assim como as companhias aéreas, afundou, em abril do ano passado, em função da pandemia. A CVC, que já chegou a valer 10 bi-

Gol se diz pronta para “emergir da pandemia”

Parte de um dos segmentos da economia mais afetados pela Covid-19, a Gol vem traduzindo em seus resultados o impacto da pandemia. Em linha com a tendência registrada durante todo o ano de 2020, a companhia aérea registrou um prejuízo de R\$ 2,2 bilhões no primeiro trimestre de 2021, além de uma queda na receita operacional líquida de 5ç0,2%, para R\$ 1,5 bilhão.

Depois dessa longa tempestade, a empresa começa a enxergar um horizonte mais otimista e se diz pronta para “emergir da pandemia”. Um dos motivos por trás dessa nova perspectiva foi a conclusão de seu aumento de capital, anunciada nesta segunda-feira, 14 de junho, com a captação de R\$ 423 milhões.

Em comunicado divulgado nesta manhã, a Gol destacou ainda o aumento de capital de R\$ 607 milhões relativo à incorporação da participação minoritária da

Smiles, anunciado em maio. Segundo a companhia, com as duas iniciativas, somadas à emissão, também em maio, de notes sênior garantidas no valor de US\$ 300 milhões, a empresa levantou mais de R\$ 2,7 bilhões nesse segundo trimestre.

“Ao minimizar a diluição nos últimos 12 meses e executar duas transações estratégicas importantes, estamos posicionados para um crescimento significativo dos lucros, na medida em que o aumento da imunização e o início da alta temporada impulsionam o crescimento da demanda por viagens aéreas no Brasil”, afirmou Paulo Kakinoff, CEO da Gol, no documento.

O mais recente aumento de capital foi ancorado por um aporte de R\$ 268 milhões realizado pelos irmãos Constantino, acionistas controladores da Gol. Já os sócios minoritários contribuíram com outros R\$ 155 milhões no processo.

Neofeed



lhões de reais, em 2019, viu seu valor de mercado despencar para menos de 1 bilhão, em 2020. Hoje, com uma recuperação mais sólida, já está avaliada em quase 6 bilhões de reais.

O tom para a retomada internacional, contudo, é mais cauteloso, já que muitos países só permitem a entrada de brasileiros depois de uma quarentena e outros sequer aceitam brasileiros ainda. “Vai acontecer a mesma coisa no turismo internacional, mas seis meses depois do doméstico. O maior desafio é reabrir as fronteiras, é um problema político que o governo precisa resolver”, diz o comandante da CVC. Os preços,

que despencaram com a pandemia, devem acompanhar a demanda e subir, voltando aos patamares de 2019 até o final do ano, segundo o executivo.

Na última terça-feira, 8, a CVC informou ao mercado que contratou os bancos Citi e BTG Pactual para realizar uma nova oferta de ações. É a terceira oferta. A companhia já captou 700 milhões de reais em duas ofertas, realizadas em setembro de 2020 e em fevereiro de 2021. A dívida da CVC, que já foi de 1,6 bilhão de reais, caiu para cerca de 600 milhões no primeiro trimestre do ano.

Veja